

N.F. Nº - 269189.0001/17-3
NOTIFICADO - RITA DE CÁSSIA AQUINO DE SOUZA & CIA LTDA - EPP
NOTIFICANTE - JOÃO JOSÉ DE SANTANA
ORIGEM - INFAZ OESTE
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 12.07.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0208-06/21NF-VD

EMENTA: MULTA. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. ENTRADA DE MERCADORIAS NÃO TRIBUTÁVEIS. Notificado reconheceu a infração, ao afirmar que entregou os arquivos digitais sem informações relativas ao período fiscalizado (Escrituração Fiscal Digital - EFD “zeradas”). A ausência de escrituração de Notas Fiscais relativas a aquisições de mercadorias não tributáveis, torna o sujeito passivo sujeito a aplicação de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. A alegação de que não foi intimado para retificação da EFD é insubsistente, devido à inexistência dos seguintes pressupostos: da não entrega ou entrega com inconsistências. Sujeito Passivo não consegue elidir a acusação fiscal. Julgamento favorável à cobrança. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 30/03/2017, exige do Notificado multa no valor de R\$4.394,04, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 16.01.02: deu entrada no estabelecimento de mercadoria(s) não tributável (eis), sem o devido registro na escrita fiscal.

Enquadramento Legal: art. 217 e 247 do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso XI da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 28 a 56), alegando que a infração apontada não guarda relação com a situação fática e que o procedimento fiscal não obedeceu ao devido processo legal. Por consequência, o lançamento é nulo pelo descumprimento do princípio da legalidade.

O Notificado reconhece que descumpriu obrigação acessória ao entregar arquivos digitais sem informações relativas ao período fiscalizado, contudo assevera que, nesse mesmo intervalo de tempo, houve aquisições e vendas com Notas Fiscais válidas, as quais não foram comunicadas ao fisco baiano.

Considera que a situação de ter entregue arquivos “zerados” equivale à falta de entrega e, portanto, deveria o Notificante intimá-lo a apresentar, no prazo de 30 dias, informações e documentos, com base no §4º do art. 247 do RICMS-BA/12.

Aduz que o preposto fiscal optou por aplicar uma multa por falta de escrituração, sobre o valor de todas as Notas Fiscais de aquisição do período. Multa esta que entende aplicável quando o fisco constata, na escrita regular do contribuinte, a falta de lançamento de algum documento fiscal. Prossegue afirmando que, como nada estava escriturado, é impossível a caracterização de

falta de escrituração, o que poderia gerar multa por esta condição ou a exigência de retificação do arquivo.

Finaliza a peça defensiva, afirmando que a acusação não pode prosperar, primeiro por nulidade do lançamento, por não cumprir o devido processo legal. Segundo, por ser infundada a acusação, pois baseada em documento digital inservível.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado multa no valor de R\$4.394,04, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da entrada de mercadorias não tributáveis no estabelecimento notificado, sem o devido registro na escrita fiscal. Em síntese, o Impugnante alega: 1) que o agente fiscal deixou de observar o devido processo legal, o que entende inquinar de nulidade a Notificação; 2) que reconhece ter descumprido obrigação acessória, ao entregar arquivos digitais sem informações relativas ao período fiscalizado, contudo assevera que nesse mesmo intervalo de tempo houve aquisições e vendas com Notas Fiscais válidas, as quais não foram comunicadas ao fisco baiano; 3) que a situação de ter entregue arquivos “zerados”, equivale à falta de entrega e, portanto, deveria o Notificante intimá-lo a apresentar, no prazo de 30 dias, informações e documentos, com base no §4º do art. 247 do RICMS-BA/12; 4) que o preposto fiscal optou por aplicar uma multa por falta de escrituração, sobre o valor de todas as Notas Fiscais de aquisição do período.

O §4º do art. 247 do RICMS-BA/12, revogado em 31/10/2019, mencionado pelo Impugnante, trata de casos de falta de envio da EFD no prazo regulamentar ou entrega desta com inconsistências. Note-se que, no presente caso, o lançamento refere-se à **falta de registro na escritura fiscal** de mercadorias não tributáveis adquiridas pelo Notificado. Além disto, o próprio contribuinte confessa que entregou os arquivos referentes ao período fiscalizado, contudo “zerados”.

Em relação ao conceito do termo “Inconsistência”, pertinente é analisar o conteúdo das cláusulas décima e décima primeira do Ajuste SINIEF 02/2019, a seguir transcritos:

“ (...)

Cláusula décima. O arquivo digital da EFD gerado pelo contribuinte deverá ser submetido à validação de consistência de leiaute efetuada pelo software denominado Programa de Validação e Assinatura da Escrituração Fiscal Digital - PVA-EFD que será disponibilizado na internet nos sítios das administrações tributárias das unidades federadas e da RFB.

§ 1º O PVA-EFD também deverá ser utilizado para a assinatura digital e o envio do arquivo por meio da internet.

§ 2º Considera-se validação de consistência de leiaute do arquivo:

I - a consonância da estrutura lógica do arquivo gerado pelo contribuinte com as orientações e especificações técnicas do leiaute do arquivo digital da EFD definidas em Ato COTEPE;

II - a consistência aritmética e lógica das informações prestadas.

§ 3º O procedimento de validação e assinatura deverá ser efetuado antes do envio do arquivo ao ambiente nacional do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

§ 4º Fica vedada a geração e entrega do arquivo digital da EFD em meio ou forma diversa da prevista nesta cláusula.

Cláusula décima primeira. O arquivo digital da EFD será enviado na forma prevista no § 1º da cláusula décima, e sua recepção será precedida no mínimo das seguintes verificações:

I - dos dados cadastrais do declarante;

II - da autoria, autenticidade e validade da assinatura digital;

III - da integridade do arquivo;

IV - da existência de arquivo já recepcionado para o mesmo período de referência;

V - da versão do PVA-EFD e tabelas utilizadas.

§ 1º Efetuadas as verificações previstas no caput, será automaticamente expedida pela administração tributária, por meio do PVA-EFD, comunicação ao respectivo declarante quanto à ocorrência de um dos seguintes eventos:

I - falha ou recusa na recepção, hipótese em que a causa será informada;

II - regular recepção do arquivo, hipótese em que será emitido recibo de entrega, nos termos do § 1º da cláusula décima quinta.

§ 2º Consideram-se escriturados os livros e o documento de que trata o §3º da cláusula primeira no momento em que for emitido o recibo de entrega.

§ 3º A recepção do arquivo digital da EFD não implicará no reconhecimento da veracidade e legitimidade das informações prestadas, nem na homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.

(...)"

Pois bem, conforme registra o §3º da Cláusula décima primeira do Convênio SINIEF 02/2009, a recepção do arquivo digital da EFD não implica reconhecer a veracidade e legitimidade das informações prestadas pelo Notificado, as quais foram recepcionadas e validadas pelo Programa de Validação e Assinatura da EFD – PVA-EFD, sem constatação de inconsistência. Cabendo ressaltar que, no §2º da cláusula décima do citado Ajuste, a “consistência” relativa aos arquivos concerne unicamente ao seu “leiaute” e “lógica” das informações e não ao próprio conteúdo das informações.

Isto posto, mister referenciar que, conforme previsto no §2º do art. 249 do RICMS-BA/2012, o arquivo EFD, mesmo sem movimento comercial, deve ser transmitido. Nesta linha de raciocínio, caso haja movimento, mas as consequentes informações não sejam registradas na EFD, não ocorrerá inconsistência, desde que o leiaute do arquivo seja consistente.

No caso em questão, entendo que a falta de escrituração de documentos fiscais não se constitui em inconsistência, pelo que descabe a alegação de que o Notificado deveria ser intimado a apresentar, no prazo de 30 dias, informações e documentos, conforme preceitua o §4º do art. 247 do RICMS-BA/12.

Importante ressaltar que a intimação para soluções de inconsistências nunca pode ser entendida como uma segunda oportunidade para que o contribuinte possa cumprir suas obrigações acessórias, que já estão vencidas. Se a falta de escrituração de Notas Fiscais fosse considerada inconsistência, o contribuinte teria de forma permanente a possibilidade de ocultar operações em sua escrituração, sem que pudesse ser apenado por isso.

Em suma, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o Processo Administrativo Fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados, de forma e compreensível, os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal. Pelo que não acolho a nulidade suscitada pelo Impugnante.

Destaco que a Escrituração Fiscal Digital – EFD substitui a escrituração e impressão dos livros Registro de Entradas, de Saídas, de Inventário, de Apuração do ICMS, e do documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP e registra a apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, constituindo-se, assim, em informações de suma importância para os Fiscos das Unidades Federadas e da Secretaria da Receita Federal. Note-se que, consideram-se escriturados os livros e documentos no momento em que for emitido o recibo de entrega, nos moldes do § 2º, do art. 247 do RICMS.

É dado confessado e incontroverso que o contribuinte enviou, mensalmente, arquivos eletrônicos que corresponderam a Escrituração Fiscal Digital – EFD, mas que tais arquivos não continham informações, ou seja, tratavam-se de arquivos que impossibilitavam o fisco exercer o controle das atividades comerciais do sujeito passivo.

Pontuo que o contribuinte deveria ter enviado os arquivos eletrônicos contendo a sua movimentação mensal de aquisições e vendas e não os fez, por livre e espontânea vontade, apesar de possuir os documentos hábeis para tanto, assumindo, assim, as consequentes implicações do seu ato. Ademais, como agravante, constato que este “*modus operandi*” não se constituiu em eventualidade, mas ocorreu de forma reiterada durante todo o período fiscalizado. Observo, também, que o Notificado não corrigiu seus arquivos, antes do início da ação fiscal.

Mister registrar que, na defesa apresentada, não consta justificativa para a entrega da EFD da forma como foi realizada, nem tampouco comprovação de que houve saldo credor/imposto recolhido no período auditado.

Logo, resta evidenciado na Notificação Fiscal o cometimento pelo sujeito passivo da irregularidade apurada, haja vista que se afigura devidamente caracterizada e não foi apresentado qualquer elemento fático capaz de elidir a acusação fiscal.

Nos termos expendidos, entendo que a ação fiscal realizada, que resultou na lavratura da presente Notificação, foi executada de forma criteriosa, possibilitando ao Notificado exercer de forma plena o direito de defesa. Restando clara a ocorrência da infração, de forma que voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **269189.0001/17-3**, lavrada contra **RITA DE CÁSSIA AQUINO DE SOUZA & CIA LTDA - EPP**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$4.394,04**, prevista no inciso XI do art. 42 da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios previstos pela Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 30 de junho de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR